

Estados Unidos-China: a guerra comercial já começou?

por Jonuel Gonçalves

A situação de guerra comercial intermitente, mais de fortes ameaças que de fogo real intenso, decorre do choque entre projetos voltados para reconfiguração da economia mundial e o estabelecimento de novas regras de hegemonia, completando as recuperações relativas às crises de 2008 e 2010, cujos efeitos políticos favoreceram a aparição do neo-autoritarismo (expressão recente de Edgard Morin). O estudo desta nova conjuntura deu lugar a alguns trabalhos que ainda não contavam com a emergência de tal aparição na maior economia do mundo (considerando o seu PIB, a sua diversificação e o seu poder tecnológico).

Por essa razão, este artigo não fará referência a nenhuma obra, baseando-se em dados, declarações e opiniões na grande média especializada e na participação do autor em diversos encontros e intercâmbio com colegas de diversos países.

1.

As divergências sobre comportamentos na esfera econômica, financeira e monetária entre China e Estados Unidos vêm de longa data. Desde finais do segundo mandato de Bill Clinton, os Estados Unidos queixam-se de infrações chinesas sobre direitos de propriedade intelectual e manipulação das taxas de câmbio do *yuan* para assegurar mais competitividade aos produtos chineses. Acusações de *dumping* foram, por vezes, mencionadas sem nenhuma medida adicional, embora outros países — como o Brasil — tenham adotado procedimentos com base em acusações semelhantes feitas nesses países.

As autoridades chinesas sempre negaram as acusações, afirmando que o governo se preocupa realmente com a evolução da sua moeda, mas sem comprometer as regras do mercado nem desrespeitando os direitos de propriedade intelectual, acrescentando haver produção de inovações por seus próprios meios técnicos e científicos. Nega o *dumping*, explicando o baixo custo dos produtos chineses, graças a mais competitividade sem intenções de posterior controle de outros mercados.

A presença norte-americana no crescimento econômico chinês após as reformas de Deng Xiao Ping, sobretudo na década de 90, tem sido importante nos domínios da transferência de tecnologia (incluindo grande número de estudantes chineses em universidades norte-americanas) e investimentos em setores autorizados (cuja ampliação é reivindicada pelos Estados Unidos). Parte das importações norte-americanas de produtos chineses procedem de empresas onde existe capital USA.

Ao mesmo tempo, a China tornou-se o maior detentor de títulos do tesouro norte-americano e o mercado estadunidense é crucial para um grande número de empresas chinesas e mesmo para o equilíbrio da sua balança comercial, tendo por isso de gerenciar cautelosamente as relações com Washington. Tal gestão baseia-se no conceito de total liberdade de comércio.

No final do mandato de Barak Obama, o recurso a novas tecnologias pela China sem pagamento das respectivas patentes ganhou maior impacto, até porque investidores chineses aplicaram volumes importantes de capital em empresas USA de novas tecnologias e, em outros países ocidentais — particularmente na indústria automobilística francesa —, notaram-se sinais de espionagem industrial de Pequim.

Na luta pela hegemonia econômica mundial, cada um desses países usa os seus grandes trunfos estratégicos: de um lado a dimensão do seu mercado interno e os baixos custos de produção; de outro lado, o enorme avanço em alta tecnologia e pesquisa científica, elemento em torno do qual gira a modernização de todas as economias.

2.

Esta luta repercute mesmo nos métodos de avaliação macroeconômica. Assim, pela primeira vez, surgiram estatísticas divergentes sobre qual seria o maior PIB. Se não considerarmos a União Europeia como PIB único (mantendo as divisões nacionais), a China aparece em primeiro lugar pelo cálculo do PPP (*Purchasing Power Parity*) e os Estados Unidos lideram segundo o MCO (Método de Câmbio Oficial). Em termos de nível de vida, a distância é abismal no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com os norte-americanos na faixa do muito alto desenvolvimento e os chineses no médio. Este dado influi bastante na competitividade da produção chinesa, pois os seus montantes salariais são muito inferiores, embora os níveis de organização e gestão chineses também influam. Comparando com países de nível de desenvolvimento semelhante — como o Brasil — a produtividade chinesa é muito superior.

Pelo seu volume populacional, as inicialmente designadas zonas de desenvolvimento capitalista da China, cuja expansão interna é constante, assumem um peso central nas trocas mundiais e pesam na fixação dos preços, tanto de matérias-primas como de bens manufaturados. Um processo feito em taxas de crescimento oscilante, mas nunca abaixo de 6% anual e com prejuízos notavelmente reduzidos (por comparação com outras grandes economias) perante as crises mundiais de 2008 e 2010.

O mesmo não aconteceu nos Estados Unidos, cuja capacidade de superar a sua própria crise revelada em 2008, implicou perda de dígitos durante alguns anos no PIB e alta do desemprego. A recuperação alcançada na gestão Obama teve como revelador central a queda da taxa de desemprego de 11% para 4%, a que se adicionou o posicionamento dentro dos níveis de mais alta produtividade do Ocidente, em larga medida devido aos bons salários e o constante progresso científico centrado em *Silicon Valley*. Na verdade, a costa oeste aparece como o eixo gerador de tecnologia enquanto a costa leste permanece como a grande platafor-

ma financeira. Ainda assim, dois gigantescos déficits continuam a constituir ameaças graves sobre a sua economia: déficit fiscal e déficit comercial.

Temos assim dois países em rota de expansão econômica — seja recente ou com mais de um século — nos quais os fundamentos requeridos em ambos são, sem dúvida, necessários e legítimos. Quer dizer, um contexto onde ambos têm fortes motivos, portanto, ou chegam a um acordo detalhado com regras precisas ou entram em rota de colisão.

A China, tal como tinha feito o Japão décadas atrás, insiste em que seu modelo é baseado na competitividade, criatividade e legitimidade de apoio governamental, tendo os Estados Unidos, na administração Obama, optado pelo reforço de laços com os aliados de todos os continentes, insistindo bastante na Ásia-Pacífico, através da *Trans Pacific Partnership* (TPP) sem a China e com 12 fortes economias, capazes de criar uma área de produção diversificada, boa organização financeira e dimensão necessária a grandes projetos.

3.

Durante as articulações preparatórias da TPP, Pequim lançou um considerável Banco da Ásia e assumiu o papel principal como acionista do Novo Banco de Desenvolvimento, fundado pelos BRICS.

Assim estava, em 2017, o confronto entre as duas economias para conquistar e/ou preservar posições, ao mesmo tempo em que emergiam, por vezes, desafios militares de média intensidade sobre delimitação de áreas exclusivas ou de influência, como é o caso do mar da China e de pressões sobre Taiwan. Sem grandes riscos, mais como testes à capacidade adversa e tendência para não insistir muito em alterar o *status quo*.

A chegada de Donald Trump à Casa Branca introduz mudanças substanciais. “*America First*” significa também América com seus próprios meios em busca de reforço do seu poder mundial e, ao mesmo tempo, acabar com os déficits perigosos. Neste aspecto, Trump optou pelo déficit comercial já que o déficit orçamental persiste e pode até aumentar. Postura quase oposta à de Obama. Na verdade, muitas das medidas do atual Presidente USA visam liquidar os efeitos da presidência anterior ou anteriores.

Os seus ataques à NAFTA põem em causa as noções de Bill Clinton e a retirada da TPP, poucos dias depois de tomar posse, anulam esforços de Obama. O multilateral é substituído pelo máximo de bilateralismo possível e a mensagem é de que os grandes problemas mundiais têm de passar pela Casa Branca, até porque internamente Trump enfrenta sérios problemas decorrentes da campanha eleitoral e de ser um *outsider* mesmo no partido republicano.

O ataque à NAFTA e a saída da TPP foram rapidamente seguidos por alta de taxas aduaneiras em relação aos dois vizinhos (Canadá e México) e aos aliados europeus, tanto na União Europeia como na OTAN. Afirmando que esses países aproveitam do mercado estadunidense causando desequilíbrio comercial acentuado, Trump desencadeou ofensivas com a arma aduaneira, num acentuado protecionismo. O recuo, pelo menos de princípio, nas taxas sobre

produtos europeus após o presidente da Comissão Europeia ter prometido mais compras da União Europeia nos USA, aponta para um protecionismo tático destinado a obrigar o parceiro a negociar e alterar os volumes de troca. É o que a revista francesa “Esprit” (julho-agosto 2018), conhecida pela sua capacidade de análise desde os anos 1930, chama de “estratégia do caos”, designação com aparência de se aplicar às relações com a China.

Neste caso, as altas aduaneiras iniciais, talvez destinadas a provocar concessões chinesas, não tiveram o mesmo efeito imediato. Em jogo estão montantes mais elevados e um parceiro capaz de disputar a liderança mundial.

O projeto “*made in China 2015*” é visto como confirmação dessa capacidade e, antes de qualquer medida aduaneira, Trump limitou, ou mesmo inviabilizou, os investimentos chineses nas empresas norte-americanas de tecnologia sensível, quer dizer, suscetível de introduzir avanços consideráveis.

O que está em jogo é muito mais potente que as trocas ou contributos em gastos com os aliados e, nesta “estratégia de caos” o chefe de estado norte-americano procura obter a neutralidade russa, criando áreas de comum interesse e cooperação, intenções até aqui prejudicadas pelo comportamento dos grandes atores em política interna, para quem a Rússia continua sendo a grande rival.

O risco de caos está na incerteza dos efeitos da agressividade nas barreiras alfandegárias. Se ninguém cede ou se não há compromisso, o conflito vai longe e prejudica todos, mesmo quem não está diretamente envolvido. Ou então só algumas economias poderosas, como o Japão e a Índia, podem tirar vantagem. Menos provável para a União Europeia dada a natureza dos seus laços com Washington, não só após as recentes concessões, mas ainda por ser um relacionamento indissociável da OTAN.

Ano passado, a China vendeu aos Estados Unidos 505 bilhões de dólares em produtos diversos e comprou-lhe apenas 130 bilhões. Das exportações chinesas para os Estados Unidos, perto de 60% vêm de multinacionais com capital ocidental (com destaque para os próprios EUA) que, naturalmente se sentirão prejudicadas. Na sequência das primeiras ameaças aduaneiras, a China adiantou-se propondo importar mais 50 bilhões de dólares de mercadorias “*made in USA*”, desde que nenhuma das projetadas novas taxas entrasse em vigor. Entraram porque Trump julgou insuficiente a proposta chinesa. Pequim retaliou ao mesmo nível, embora persistam dúvidas sobre os totais envolvidos de ambos os lados.

4.

Em 15 de junho, anunciou-se oficialmente que altas de 25% poderiam atingir 50 bilhões de dólares de produtos chineses à entrada nos Estados Unidos prevendo-se, então, igual montante no sentido inverso, pois Pequim iria retaliar. Não se trataria de resposta proporcional aos respectivos fluxos, mas sim a valores absolutos comparados. Três dias depois, Washington ameaçou estender a alta para 200 bilhões de produtos chineses e negociações discretas prosseguiram.

Em 6 de julho, segundo boletim do Instituto Peterson de Economia Internacional, uma alta entrou efetivamente em vigor, mas “apenas” sobre um total de 34 bilhões, idêntico ao que foi alvo de imediata medida chinesa. Durante esse mês, a ameaça dos 200 bilhões reapareceu várias vezes e nestes termos entramos em agosto: luta em vigor, novos montantes na linha de mira e negociações a vários níveis.

O mercado norte-americano é mais importante para a China que o contrário, visto ser o comércio exterior muito mais importante para a economia chinesa que para a americana. No entanto, a China pode reorientar parte das suas exportações para o mercado interno, detentor de evidente elasticidade e ainda conquistar novos mercados. A Declaração final da Cúpula dos BRICS, em final de julho na África do Sul, insiste no livre comércio, dando assim apoio às teses chinesas. Porém, no caso das barreiras alfandegárias norte-americanas passarem a grande e brusca elevação, essa transição chinesa custará alguns pontos e prazos ao seu crescimento.

Por outro lado, Trump não revela (ou simula não revelar) muita preocupação com as perdas das multinacionais envolvidas na economia chinesa, pois pretende atraí-las para o seu país. Resultado muito duvidoso com os métodos adotados pela Casa Branca, o que levanta, mais uma vez, riscos de caos. O mercado norte-americano está longe de ser o único e a TPP não se desfez só porque os americanos lhe viraram as costas. Talvez em função dessa perspectiva, Trump tenha feito as suas primeiras críticas à Índia, com dimensões iguais à China, aberta a qualquer capital, milenar experiência comercial e bem relacionada com todas as áreas do planeta.

Ao mesmo tempo, as restrições ao investimento chinês nos Estados Unidos podem gerar represálias contra empresas como a Apple ou General Motors no mercado chinês, crucial para ambas. A nível dos efeitos políticos, Trump está muito mais pressionado — não só pela elite, mas pelo eleitorado também — que Xi Jinping, na medida em que na China vigora um sistema de partido único e de fato não há eleitorado.

Este é o estado das hostilidades, numa fase de guerra limitada. Cada um mostra seus efetivos e armas, ameaça, faz ruído, mas restringe bastante as ações concretas e não corta os fios da negociação. Por quanto tempo? Se for por muito tempo, mesmo sem escalada, já será criador de incerteza, uma das piores inimigas da economia.

Para já, estamos num ponto sublinhado por Barak Obama, em Joanesburgo, nas cerimônias do centenário de Mandela: até há pouco “a globalização era atacada pela esquerda política, agora é pela direita”. E a economia mundial vai sendo pilotada como em navegação de cabotagem, sempre à vista da costa.

Jonuel Gonçalves, é professor e pesquisador do Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) do INEST-UFF. Doutorado em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, estudou em Dakar, Paris e Cidade do Cabo (África do Sul). Autor de vários livros sobre economia e conflitos, sobretudo no continente africano. Concluí, neste momento, uma pesquisa sobre a crise econômica em dois BRICS: África do Sul e Brasil.